REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JULHO 1963

VOL. III ★ NÚM. 2

★

SUMÁRIO

[illegible]A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Publicação quadrimestral editada em março, julho e novembro

---

*

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tôda correspondência deverá ser endereçada ao Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

PREÇOS E ASSINATURAS:

Preço do número.... Cr$ 600,00 / US$ 1,00

Assinatura anual.... Cr$ 1.800,00 / US$ 3,00

Os pedidos deverão ser endereçados ao professor Afrânio Veiga, tesoureiro da RBCS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

VOL. III — JULHO DE 1963 — Nº 2

ÍNDICE

Colaboram neste número:

EVARISTO DE MORAES FILHO, Universidade do Brasil

PAUL SINGER, Universidade de São Paulo

OSCAR DELGADO, México

ÁLVARO VIEIRA PINTO, Universidade do Brasil e Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JULIO BARBOSA, Universidade de Minas Gerais

★

O próximo número da RBCS, correspondente ao vol. III, nº 3, versará sôbre o tema A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Conterá estudos especiais assinados, dentre outros, por:

Alceu de Amoroso Lima

Caio Prado Júnior

Celso Furtado

Alvaro Vieira Pinto

João Camilo de Oliveira Tôrres

Milton Soares Campos

Hélio Jaguaribe

Fernando Henrique Cardoso

Octavio Ianni

Nelson Werneck Sodré

Indicações metodólogicas para a definição do subdesenvolvimento

Álvaro Vieira Pinto

O conceito de subdesenvolvimento não encontrou ainda quem lhe tivesse dado a exata e completa definição porque, a nosso ver, não foi ainda estabelecida em têrmos rigorosos, e decidida, a questão prévia da via metodológica a trilhar para alcançá-la. É a êste aspecto do problema que desejamos dedicar as considerações que se seguem. O subdesenvolvimento dos povos que constituem cêrca de quatro quintos da população da Terra sòmente se tornou objeto de análise quando, no curso do processo histórico comandado pela parte desenvolvida da humanidade, vivendo as etapas altas do regime capitalista, — e uma fração importante tendo já atingido a fase máxima, imperialista, — as áreas atrasadas conseguiram o suficiente suporte objetivo para adquirirem a consciência de sua situação. Só então começaram a sentir-se subdesenvolvidas, só então apresentaram a si próprias sua realidade como problema a exigir explicação e resposta. Não é preciso insistir em que as condições originadoras do surgimento dessa consciência de si dos povos atrasados foram determinadas pelo incremento da exploração de que eram vítimas por parte das nações capitalistas prósperas, especialmente aquelas que se encontravam no apogeu do poder imperialista. Como conseqüência das novas modalidades da espoliação que sofrem, os povos pobres emergem do torpor milenar e da servidão aparentemente natural, e começam a indagar das causas de sua pobreza e da espécie de relações a que se acham submetidos, na trama do processo econômico mundial. Quando tal se dá,

por efeito de contraste, as nações periféricas e devastadas pelo imperialismo, passam a se conceber a si próprias como subdesenvolvidas e, inevitàvelmente, a buscar a explicação dêsse estado. Apresenta-se, desde então, o problema de conceituar o subdesenvolvimento, enfeixando na definição exata a essência dessa realidade objetiva, que constitui o modo de existência próprio de grande número de nações atuais, de tal maneira que nessa definição se contenham os incontáveis aspectos e facetas, naturais e sociais, do subdesenvolvimento.

Compreende-se que, tratando-se de estabelecer uma definição, o problema seja fundamentalmente de ordem lógica, e que não poderá ser resolvido sem uma concepção filosófica que oriente a escolha do procedimento metodológico a ser utilizado. A possibilidade de apresentar com simplicidade os têrmos da questão resulta, é claro, de longa série de tentativas, quase tôdas errôneas ou insuficientes, anteriormente efetuadas com o fim de obter a definição desejada. Se sòmente agora nos é dado perceber com nitidez a importância primordial da questão metodológica nêste assunto, é justamente porque sabemos dos esforços intentados e dos insucessos ocorridos. Observe-se, com efeito, que êste problema não se resolve pelo mero debate técnico entre especialistas nos vários ramos das ciências sociais, mas, nos seus fundamentos e conseqüências, é de natureza política, donde não ser imparcial a posição do analista na escolha do método a seguir. Tal posição dependerá, antes de tudo, de situação pessoal do estudioso, que poderá ser a de cidadão da nação dominante, e muito especialmente a de membro da classe dominante desta, a que mais se beneficia com o subdesenvolvimento dos outros; ou a de natural do país dominado, particularmente o pensador vinculado à classe trabalhadora, alguém que está, portanto, interessado em modificar a realidade que estuda, o que não acontece com o investigador do primeiro tipo. Eis porque a questão metodológica não admite ser considerada pelo prisma de pretensa imparcialidade científica, — que é apenas a roupagem de que se revestem os interêsses de classe do país sobranceiro, — mas está na dependência direta da consciência que o estudioso tenha da sua

situação de classe e de posição nacional, das quais decorre a concepção filosófica geral que ditará o método lógico a seguir no estabelecimento da definição em pauta.

Desde que o tema de subdesenvolvimento passou a ser objeto de crescente interêsse, vastíssima literatura se acumulou, investigando esta situação, que constitui hoje assunto culminante nas cogitações dos pensadores políticos, dos sociólogos e historiadores. Passando-a em revista, verifica-se que, conforme indicamos acima, o ponto-de-vista de classe e de nação se faz imediatamente percebido. A imensa produção a êste respeito pode ser dividida em dois grandes grupos, um constituído pelas tentativas de compreensão do subdesenvolvimento feitas a partir dos interêsses das nações dominantes; e outro, representado pelos ensaios que os pensadores da área periférica elaboram com o fim de interpretar a sua realidade nacional e, ademais, submeter à crítica as explicações dadas pelos pensadores da região superior, nas quais percebem o evidente intuito político de conservar, santificando-a, a espoliação que os beneficia. Na verdade, embora esta seja a grande linha divisória entre as experiências de explicação do subdesenvolvimento, os fatos não se passam às vêzes com tanta singeleza, porque os interêsses de classe superpõem-se aos das situações nacionais. Notamos, na área dominante, sociólogos ou economistas que, pelo menos, se esforçam por superar o seu condicionamento histórico, como elementos da nação hegemônica, não apenas pelo exercício da simpatia subjetiva, mas por efetiva transferência para a região dominada. Procuram explicar o subdesenvolvimento «de dentro», imaginando que, dêste modo, o perceberão como se a êle pertencessem. Produzem, assim, ao lado de estudos técnicos extremamente valiosos, esboços de definição, que presumem válida por conter o que lhes parece a essência do estado que investigam. São pensadores respeitáveis, um Gunnar Myrdal por exemplo, e não devemos prescindir da colaboração que nos oferecem. Claro está que ao lado de uns poucos sábios dêste tipo, sinceramente devotados a anular o caráter exógeno de sua perspectiva, o que encontramos na produção literária dos países cultos ocidentais, capitalistas, é a avassaladora torrente de livros, ensaios e artigos,

cujos autores nada mais fazem do que confundir a explicação do subdesenvolvimento por mil modos e pretextos, com o intuito de apaziguar a consciência moral das classes dominantes de seus países, de que são servidores, e de incutir nas elites das nações atrasadas certas idéias como sendo as «verdadeiras» noções que os nativos tão ansiosamente procuram. Com isto obtêm duplo sucesso. Convém notar que, deixando de lado o grupo dos escribas alugados e dos mistificadores, mesmo aqueles que simpatizam com o esfôrço de libertação dos povos atrasados, por mais que assumam a consciência dessa simpatia, não conseguem descobrir a autêntica definição do subdesenvolvimento porque, como ideólogos da burguesia metropolitana, que nunca deixam de ser, não dispõem do recurso primordial para isso: a correta visão filosófica do processo histórico, em sua totalidade. Por mais que se empenham em compartilhar da vivência da realidade subdesenvolvida, êsse esfôrço por si só não é suficiente para lhes assegurar a base indispensável, única, para captar o conceito do subdesenvolvimento. É que não basta a afinidade mais ou menos íntima com o objeto social que examinam; nem adianta se trasladarem mental ou sentimentalmente para as áreas desoladas. A imigração psicológica não pode suprir a condição suprema: a posse de uma filosofia rigorosa, verdadeira e clara, que forneça o processo metodológico para elaborar o conceito visado. A convivência, por efetiva que seja, não pode substituir o pensamento filosófico justo.

Se examinarmos os trabalhos dos investigadores sociais pertencentes às próprias áreas subdesenvolvidas, veremos igualmente o ponto-de-vista de classe sobrepujar outros condicionamentos da situação atrasada, determinando as concepções emitidas por aqueles autores a respeito do mundo limitado, pobre, inculto e acorrentado, onde vivem. Nas áreas mais subdesenvolvidas, em nações que há séculos são pasto da rapina colonial ou da exploração capitalista, existem obrigatòriamente as classes que nelas desempenham o papel de dominantes e que, pelo comando do poder, garantem a correlação espoliativa, de que se beneficiam, asseguram o prolongamento do contrato de espoliação, de que o país é vítima, mas que enri-

quece a ambas as partes contratantes, as classes dirigentes da nação rica e da pobre. Em tais circunstâncias, é evidente que, apresentando-se o problema do subdesenvolvimento como tema irreprimível do debate social, as classes dominantes da nação dominada também terão de dar sua versão sôbre os fatos que não apenas presenciam mas de que participam, na qualidade de personagens altamente interessadas. Seus representantes intelectuais, economistas, sociólogos, teóricos políticos, especialmente os que se apossaram das cátedras universitárias, têm de modelar uma teoria do subdesenvolvimento, a qual, ao mesmo tempo em que simula dar a explicação científica da desoladora realidade vivida pelo País, e até recomenda as medidas a tomar para superá-la definitivamente, tece a rêde de sofismas e mistificações que servirão, na prática, para conservar o estado existente, pois é dêle que os expoentes das classes dominantes tiram os lucros com que pagam àqueles luminares. Essas «teorias do subdesenvolvimento» são variadas, e muitas delas fazem gôsto em declarar que se opõem aos pontos-de-vista metropolitanos, pretendendo, portanto, representar o autêntico pensamento libertador do país dominado. Daí decorrem conceituações do subdesenvolvimento, que parecem aceitáveis aos estudiosos da nação em luta pela liberdade, mas que outra coisa não representam, em realidade, senão armadilhas intelectuais, cavilações ociosas ou disfarçadas traduções das próprias definições metropolitanas, bem expostas em língua nacional, para serem assimiladas pela mentalidade do país inculto. Excluímos, não é preciso dizê-lo, o caso daqueles que nem sequer chegam a ser conscientemente astuciosos, por não conseguirem emergir do cipoal das confusões intelectuais.

Verifica-se, pois, que o povo do país dominado não conta com a elite ilustrada doméstica para aprender em que consiste o subdesenvolvimento no qual vive, e como deve agir para vencê-lo, porque essa elite pertence a uma classe — ou dela é serviçal — cúmplice e co-autora da situação de pobreza e miséria das massas. A elite do país dominado não pode, evidentemente, denunciar as causas do estado de dominação, resumidas no conceito que lògicamente o enuncia, porque é inconcebível que se denuncie a si própria. Além do mais, subsiste para ela

a dificuldade já assinalada para a mentalidade de tôda classe dominante, em geral: a impossibilidade de assumir a justa concepção do mundo, da natureza e da sociedade, pois a filosofia que espelha essa concepção sentencia igualmente, como decorrência de leis inflexíveis, o inevitável e próximo desaparecimento de tôda e qualquer classe exploradora, seja no país dominante seja nos subjugados. Assim sendo, não é possível esperar que a definição correta do subdesenvolvimento seja elaborada senão pelos pensadores que satisfaçam à dupla condição de pertencer ao país dominado e à classe dominada dêsse mesmo país. O pertencimento à classe dominada dá-se pela efetiva inclusão nas massas trabalhadoras e pela consciente e decidida aceitação da filosofia que esposa o ponto-de-vista destas. Ambas as condições são necessárias porque, conforme dissemos, a extração do conceito lógico do subdesenvolvimento depende da aplicação de determinado método de análise da realidade, o qual, por sua vez, depende de uma concepção teórica geral acêrca dessa realidade, ou seja, de uma filosofia. Fichte tinha dito que a filosofia que cada qual possui depende da espécie de homem que é. A verdade dessa frase permanece infecunda enquanto refere apenas, como pensava o filósofo, o tipo moral de cada indivíduo. Para dar à proposição citada tôda a riqueza nela contida, necessita-se que, pelo conceito de «espécie de homem que cada um é», se entenda o verdadeiro ser do homem, o qual se constitui pelo conjunto de relações sociais de cada um, em última análise, pela situação de classe. Assim entendida, a frase fichteana revela-se legítima e vem a propósito.

Dentro do contexto nacional atrasado, não é indiferente a posição de classe para definir o subdesenvolvimento, porque essa posição não é indiferente para determinar a filosofia que dará como resultado o método de que, por fim, surgirá o conceito ambicionado. O subdesenvolvimento constitui o modo de ser da totalidade da existência de uma comunidade nacional em determinada etapa de seu processo. Para ser definido faz-se mister uma concepção filosófica que abranja a totalidade da realidade, pois a nação subdesenvolvida não é um universo fechado sôbre si mesmo, mas parte da realidade histórica mundial. As grandes filosofias cumprem, ao menos em intenção,

a finalidade de fornecer a explicação do real. Sendo, porém, a maioria delas de caráter idealista, nascem de uma posição inicial equivocada, que inverte os têrmos originais do problema. Colocam na origem não a totalidade da realidade, natural e social, como existência em si, mas a consciência, a que atribuem a função de se dirigir a um mundo que não existiria sem ela. Dão-lhe a missão de conhecer o mundo, e procuram explicar como isso acontece, mas não admitem a existência dêle como independente de alguma consciência que o perceba. Por via das sucessivas conseqüências a que conduz, e que não podemos condensar aqui, demonstra-se que esta atitude filosófica fundamental, denominada idealismo, é aquela que convém às classes dominantes, e por isso foi sempre, na inumerável galeria histórica de sistemas em que se manifestou, a concepção do mundo própria dos grupos exploradores do trabalho das massas. À primeira vista, parece que uma questão de tal modo geral e teórica nada tem a ver com a conseqüência «grosseira» que dela tiramos. Essa impressão se explica porque omitimos a sucessão de elos da cadeira de raciocínios que, partindo daquela formulação de origem, conduzem às teorias sociológicas, políticas e econômicas mais deletérias para a imensa maioria da humanidade, pois justificam a exploração do trabalho, a dominação econômica do indivíduo ou da nação forte sôbre a fraca, as concepções jurídicas, as regras de moral, as instituições, as ilusões religiosas, enfim tôdo o tecido de ideologias que visam a conservar o homem na dependência
de ideologias que visam a conservar o homem na dependência
de outro homem. Embora não mencionemos a cadeia de nossos raciocínios, acreditamos ser sólida e nos autorizar esta conclusão, de grande importância para a análise que empreendemos: se partimos de um ponto-de-vista idealista jamais conseguiremos formular a definição do subdesenvolvimento em têrmos tais que não apenas espelhem sua essência real, sua lei interna, suas determinações próprias, como, ainda, nos ofereça a base para deduzir as regras de conduta que deveremos adotar para transformá-lo, suprimí-lo, substituí-lo pela realidade do país desenvolvido, rico e livre. As concepções idealistas não permitem êsse resultado porque não permitem indicar o método conveniente para apreender a essência do subdesen-

volvimento, além de que a descoberta dêsse método não convém aos seus cultores. Segue-se, como conclusão geral, que sòmente assumindo, como ponto de partida, uma posição anti-idealista conseguiremos encontrar o método capaz de nos guiar até a justa formulação do conceito de subdesenvolvimento. Mas, para assumir o ponto-de-vista não idealista, há requisitos existenciais, de classe, que não podem ser desdenhados. É óbvio que a filosofia que convém à classe oprimida, e com mais forte razão à nação oprimida, só pode ser aquela que se desdobra em conclusões finais que oferecem ao trabalhador a compreensão da sua situação, que lhe explicam porque o mundo e a sociedade em que vive são assim como são, e ao mesmo tempo lhe abrem perspectivas de ação fecunda para modificar o estado em que se encontra.

Se nos limitarmos ao problema específico de que nos ocupamos nêste artigo, a escolha da filosofia de que nos devemos valer é o procedimento inicial decisivo, porque tal seja a concepção adotada tal será o método lógico a observar, e, portanto, o conteúdo do conceito final a extrair. Nossa intenção nestas linhas resume-se apenas em chamar a atenção para êste aspecto do problema. Há numerosos estudos sôbre o desenvolvimento, abordando-o pelas suas mil facetas, históricas, sociológicas, políticas, biológicas, médicas, demográficas, econômicas, com o auxílio de estatísticas, depoimentos, legislações, pesquisas de campo, etc.; mas talvez nenhum ainda o tenha focalizado pelo ângulo do procedimento lógico a ser
o tenha focalizado pelo ângulo do procedimento lógico a ser
utilizado para alcançar-lhe a definição precisa. A conquista dessa definição no entanto é absolutamente indispensável para o prosseguimento da luta dos povos subdesenvolvidos. Infelizmente, até aqui a falta de considerações metodológicas no exame do assunto obscureceu a visão de quase todos aquêles que dêle se ocuparam. Nós mesmo, em trabalhos anteriores, não tínhamos atingido esta formulação, que agora nos aparece como capital e decisiva. Acreditávamos que bastava esclarecer o problema da relação entre consciência e realidade do país atrasado, para haver dito tudo quanto era necessário. Embora a posição inicial, não idealista, que assumíamos fôsse certa, escapava-nos a importância do aspecto lógico da questão, que

se resume no estabelecimento da via metodológica a seguir. Daí a acentuação de alguns aspectos psicológicos da existência humana no país subdesenvolvido, os quais, sendo sem dúvida válidos, — e quase nada temos a alterar no que havíamos dito, — não esgotam o tema, e mesmo se mostram insuficientes para nos conduzir à essência do subdesenvolvimento, espelhada na sua definição. Para isso, é preciso encarar o tema pelo aspecto lógico, ou seja, discutir o problema relativo à lógica da qual nos deveremos servir para encontrar a exata definição do subdesenvolvimento das nações periféricas.

* * *

Não será a lógica formal que nos fornecerá a solução que almejamos. Com efeito, o processo de pensamento de que resultam **formalmente** as definições das coisas consite numa modalidade especial de abstração — a abstração formal — que parte dos dados concretos, mas visa a afastar-se o mais rápido dêles, para atingir o que chama de essência do objeto. Esta, porém, adquirida da maneira formal como foi, tem caráter subjetivo, metafísico, e por isso não constitui a autêntica definição da coisa, a expressão de sua essência real, porque o raciocínio, de que resulta, intencionalmente em dado momento corta tôda relação com o concreto de onde partira. Não é por outra razão que os lógicos da fase prédialética se dividiram em várias escolas, na apreciação do significado das essências, assim obtidas, ora considerando-as a verdadeira existência do
assim obtidas, ora considerando-as a verdadeira existência do
objeto, o ser em si, o **eidos**, de que o exemplar material seria simples cópia ou projeção; ora considerando-as puros nomes dados às características mais gerais, destacadas, pela abstração formal, da observação de um conjunto de sêres semelhantes. A lógica formal não está capacitada a fornecer a definição do estado de subdesenvolvimento de uma nação porque busca-a numa abstração formal, isto é, vazia, genérica, desligada da coisa concreta, sempre única e específica que é cada caso nacional, que se trata de apreender. Iludida pela crença de que tanto melhor se conhece um ser quanto mais o pensamento se eleva à consideração de sua essência, toma caminho errado na execução dêsse recomendável propósito, o caminho formal,

que consiste em se afastar do real, em não mais voltando a êle, não o incluindo, como conteúdo concreto, na abstração que dêle faz. Ora, é exatamente êste o procedimento da lógica dialética. Não nos cabe neste momento dissertar sôbre tema de tanta amplitude e dificuldade. Nosso intuito é extremamente modesto: limita-se a chamar a atenção dos estudiosos do assunto para a necessidade de aplicar o método dialético, proposto e executado originalmente por Marx, à análise do estado subdesenvolvido, com o fim de obter a definição rigorosa dessa situação histórica.

Não iremos tampouco tentar realizar êste cometimento, que certamente excede as nossas possibilidades. Desejamos tão sòmente assinalar a urgência de elaborar a teoria dialética do subdesenvolvimento, indicando quais as categorias do procedimento dialético que, a nosso ver, devem ser usadas para alcançar o conceito exato daquela realidade. Tais categorias, ao que nos parece, são primordialmente as de **concreto** e **abstrato**, entendidas em sentido dialético. Embora familiares como têrmos filosóficos, trata-se agora de empregá-las com significado distinto do que têm nas filosofias correntes e clássicas, tôdas elas aceitando, sem discutir-lhe a validade, a lógica formal aristotélico-positivista como se fôsse a lógica em si, a única expressão do processo cognoscitivo nas suas operações e no seu método. Hoje sabemos que êsse modo de ver é insuficiente, porque unilateral. A lógica formal conserva seu valor próprio, tem indiscutível utilidade, e se apresenta como indispensável
tem indiscutível utilidade, e se apresenta como indispensável
instrumento da investigação. Sabemos, porém, que, mais ampla e profunda do que ela, existe outra lógica, a de caráter dialético, que não apenas reflete e compendía o lado externo das operações do raciocínio, mas penetra no conteúdo da operação intelectiva, apresentando-a na indissolúvel unidade dos seus aspectos externo e interno, na unidade de forma e conteúdo. Por isso, a lógica dialética se superpõe à formal, ou a fundamenta, como quisermos. Dá-lhe os princípios que a devem reger ao formular os esquemas abstratos, formais, vazios, de que se vale para conduzir o pensamento nos processos indutivos e dedutivos, nas operações de análise e de síntese, no estabelecimento das definições dessa espécie.

A lógica formal revela-se completamente ineficaz para produzir o conceito do subdesenvolvimento, e êste é mesmo um excelente exemplo das suas limitadas possibilidades como teoria lógica. Para alcançar aquêle conceito exige-se o concurso da lógica dialética. É imperioso notar que essa conclusão, que nos parece agora clara e simples, quase trivial, não fôra antes assinalada, e por motivos que devem ser apontados, pois fazem parte do conhecimento dialético que precisamente se trata de alcançar. Dissemos já que, para ser fecunda, a emprêsa de esclarecimento dialético do subdesenvolvimento é necessário manejar principalmente as categorias de **abstrato** e de **concreto**. Até agora essa necessidade passava despercebida porque não havia nos pensadores que poderiam utilizá-las a revelação do seu proveito; e não havia pela simples razão de que tais pensadores, pertencendo à nação dominada e subdesenvolvida, eram ofuscados pela luminosidade filosófica que lhes chegava de fora, eram vítimas dos sistemas metafísicos, que cultivavam como concepções superiores, nos quais não figurava, é óbvio, o tipo de lógica que os capacitaria a entenderem a realidade a que pertenciam como indivíduos. A alienação cultural impedia os filósofos das áreas subdesenvolvidas de ter conhecimento da produção dialética, da obra de Marx, de Engels e de Lenin, não incluída entre as filosofias oficialmente reconhecidas, e por isso nem sequer suspeitavam de que nela houvesse instrumentos de raciocínio de que poderiam lançar mão para interpretar a sua realidade nacional. Só nos últimos tempos, a modificação da situação política dos países atrasados e culturalmente dependentes deu aos seus intelectuais a abertura necessária para vislumbrarem outras esferas de pensamento, nelas penetrarem e delas retirarem ensinamentos e utensílios lógicos, capazes de lhes propiciar nova maneira de trabalhar sôbre a realidade que os circunda, com o fim de investigá-la cientìficamente.

Os pensadores marxistas, especialmente os clássicos, de há muito haviam utilizado o método lógico dialético, e aplicado as categorias de concreto e abstrato à análise de questões essenciais, como a procura da definição de **valor, mais-valia, classe, imperialismo**, etc.. Provada estava, pois, a viabilidade

e fertilidade do método. Mas não havia, para êles, històricamente, a possibilidade de virem a dirigir o seu instrumento metodológico para o exame dêsse particular objeto, que é a realidade do país subdesenvolvido. Por outro lado, os pensadores pertencentes a êste último tampouco o podiam fazer, ou por não terem sequer o conhecimento da existência de tal método, ou por não lhe reconhecerem validade, confundidos, como sempre viveram, por nebulosidades filosóficas, que absorviam com a mercadoria literária importada das nações capitalistas dominantes. Viviam cultivando o que julgavam ser as altas «abstrações» das mais difíceis filosofias, e que em realidade não passavam de produtos abstrusos. Dêste modo, o método dialético permaneceria ignorado pela maior parte da intelectualidade dos países atrasados, a qual se via forçada a travar conhecimento ùnicamente com essas noções abstrusas e a considerá-las como autênticas abstrações. Na verdade, porém, estas são coisas muito diferentes, não só pela origem como pela natureza, significado e possibilidades de aplicação. A dificuldade de descobrir algumas das abstrações categoriais mais úteis para o entendimento do processo das nações atrasadas, e, depois, de aplicá-las condignamente, estava em que êsses conceitos, embora se achassem incluídos na massa da produção filosófica dos fundadores do marxismo, e tivessem sido aplicados por êles em caráter metodológico, isto é, como categorias do saber, só há pouco, como o crescente interêsse dos pensadores mais aptos em compendiar a lógica dialética, foram reconhecidos como imprescindível utensílio de análise da realidade. O que importa, e representa o escopo das presentes linhas, é indicar a possibilidade de utilizá-los para desvendar o significado exato do subdesenvolvimento, extraindo a definição que o exprime na sua verdadeira essência.

O método parece-nos que aí está. Sabemos com que categorias trabalhar. Mas isso não basta, pois o principal é pô-lo em prática e chegar ao têrmo visado. Se para tanto não nos julgamos capacitados nêste momento, cremos, no entanto, prestar modesto serviço insistindo sôbre a necessidade de investigar a realidade brasileira com o auxílio das categorias dialéticas

de abstração e concretitude. Não apenas apontamos a via, mas ainda podemos indicar modelos de aplicação do método, os quais, melhor que tôda dissertação teórica, nos ensinam como proceder com relação ao nosso objeto particular, o subdesenvolvimento nacional. Todo o «Capital» de Marx, na imensa riqueza de seus dados, análises e definições, tendo por objetivo a compreensão unitária do processo de produção capitalista, foi construído com o emprêgo do método de abstração dialética. As duas obras do filósofo soviético M.M. Rozental «**Os problemas da dialética no «Capital» de Marx**, e os «**Princípios de lógica dialética**» documentam de modo exaustivo ter sido aquêle o método de que se valeu o criador do marxismo para descobrir no complexo extremamente intrincado do processo de produção capitalista a essência que comanda a compreensão do todo, porque contém em forma lógica a lei interna dessa formação econômica.

Marx parte da multiplicidade concreta de dados e aspectos da produção capitalista e sôbre êsse fundamento se eleva, com o auxílio de convenientes abstrações, à fórmula geral, à lei, ao conceito, que reproduz a mesma realidade inicial, com o mesmo caráter concreto, porém agora em nível superior, realizando a unificação do conteúdo que na forma sensível inicial se encontra disperso na multitude infinita de aparências particulares. Método idêntico é empregado por Lenin, e na busca da definição de **classe** e, em outra ocasião, e de forma ainda mais brilhante, na definição do imperialismo como estádio final da evolução do capitalismo. Não podemos resumir sequer a façanha intelectual representada pela obtenção dêsses resultados, o que reservamos para um trabalho de maior envergadura, no qual tentaremos, guiados por êsses precedentes, pôr em prática o método que agora preconizamos. Basta-nos indicar que é chegada a hora, a nosso ver, de superar a etapa analítica da realidade subdesenvolvida, do mundo periférico em geral, e do nosso País em particular, para, mediante a devida interpretação filosófica, extrairmos o conceito preciso do que se deve entender por subdesenvolvimento. Se, apesar da riqueza de estudos sôbre os países atrasados, a que já nos referimos, ainda não foi atingida a meta final de tôda compreensão —

a definição geral —, é exatamente porque não havia sido ainda indicado o método capaz de dar tal resultado. Na falta da via dialética, os procedimentos que ensaiavam a conquista dêsse objetivo eram, e não podiam deixar de ser, metafísicos, dando como efeito enunciados formais, abstratos, vazios, e por isso sem qualquer eficácia prática. Claro está que os investigadores do subdesenvolvimento, economistas na maioria dos casos, não tinham nem têm qualquer consciência de serem metafísicos nos seus trabalhos e nos opúsculos que publicam. Reconhecemos ser de justiça atenuar a culpa dos sociólogos e economistas nativos por não haverem ainda percebido a potencialidade do método dialético na investigação do subdesenvolvimento, porque, de fato, só agora a matéria está sendo coligida e compendiada de maneira definida, diríamos quase escolar, ficando assim ao alcance de todos os estudiosos.

Durante largo período ocorreram graves confusões no debate a respeito da distinção entre lógica formal, lógica dialética e teoria do conhecimento, segundo o pensamento marxista. Para isso contribuíram perigosas incompreensões que, em período recente, tinham o sêlo de dogmas intocáveis e só agora foram denunciadas como intoleráveis limitações à liberdade de investigação. O receio de ver desaparecer a lógica dialética como ciência que **deveria** existir, bem definida e inconfundível, levava pensadores dialéticos desavisados a repudiar todo contacto com a lógica formal, temerosos de que o reconhecimento da legitimidade desta última ofuscasse, ou mesmo prejudicasse, o direito à existência da outra. Atualmente a questão se apresenta de modo inteiramente diverso. Sabe-se que tão legítima é uma lógica quanto a outra, que ambas existem como ciências ou partes de uma ciência da lógica, que não se confundem nem se hostilizam mas, ao contrário, se completam, ou melhor, se unificam, em inequívoca demonstração da unidade da teoria do conhecimento, que vem a ser a melhor confirmação das próprias leis gerais da dialética. Desta forma, na perspectiva mais ampla que agora nos é oferecida, podemos compreender o papel que cabe respectivamente à lógica formal e à lógica dialética no estudo de qualquer problema e, muito especialmente, no estudo do problema de que nos

ocupamos, o do subdesenvolvimento. Sabemos que não basta a análise dos seus aspectos gerais, das múltiplas aparências em que se apresenta êsse modo de ser de uma nação, porque a via formal não conseguirá, pelo emprêgo das abstrações formais, dar-nos a definição que enfeixe a essência dessa realidade. Não dizemos que tal via seja em si incorreta. De fato, muito freqüentemente no trabalho que nos propomos temos de recorrer a êsse tipo de abstrações; mas agora, conhecendo-lhes as limitações, poderemos empregá-las nos seus devidos limites, dentro dos quais são altamente produtivas, sem nutrir entretanto a ilusão de que por meio delas chegaremos ao conceito final que buscamos. Nisso consiste a importância do conhecimento da existência das duas lógicas, dos seus respectivos papéis e potencialidades.

Abre-se atualmente para os pensadores dos países retardados a possibilidade de extrair a noção, a essência do seu estado social, e de apreendê-la na definição exata, no conceito real. Para isto, porém, foi preciso que se tivesse antes aclarado a própria natureza dêsse conceito, pois precisamente aqui residia a incompreensão inicial. A falta do conceito dialético do conceito (como conseqüência da inobservância do método para obtê-lo) dava lugar a que se procurasse definir o subdesenvolvimento por via formal, pelo emprêgo de abstrações formais, o que não só se mostra inadequado, e portanto falso, como é também o caminho que conduz a formulações que na prática se revelam nocivas à inteligência dos povos atrasados, pois os faz aceitar definições e modos de superação do atraso que coincidem com os interêsses dos exploradores. Com efeito, os pensadores da nação hegemônica podem se dar ao luxo do emprêgo enganoso da lógica formal porque as conclusões que tiram, e distribuem aos seus discípulos indígenas, muito os beneficiam, a êles e à classe de que são os arautos. O conceito formal do subdesenvolvimento, obtido por via especulativa, inutiliza a inteligência para comandar a prática útil para superar êsse estado, porque, sendo imagem formal, não contém aquilo que justamente dá caráter específico ao conceito dialético: a lei interna da variação do objeto, ou seja, no caso ver-

tente, a lei inexorável da supressão dêsse estado de miséria e dependência humana, que enriquece a pequena minoria de senhores dos povos. Tocamos aqui o ponto decisivo.

O conceito formal é falso e insuficiente porque oferece a imagem estática da coisa, não lhe reproduz as contradições internas que a impulsionam para outro estado, não reflete a lei do seu desenvolvimento e superação ou, numa palavra, não é revolucionário. O conceito dialético, sendo o oposto do outro, tendo as qualidades que a seguir resumiremos, traz consigo êsse caráter fundamental que o torna imprescindível para a inteligência do homem do país dominado, porque o ajuda a sair de sua situação, enquanto se revela mortal para o dominador: é revolucionário. Em sentido amplo, pelo simples fato de conter a lei de mudança do ser, de sua inevitável transformação, todo conceito dialético pode ser chamado de revolucionário. Mas no caso particular do conceito de «subdesenvolvimento» tal caráter adquire suma relevância, deixando de ser mero adjetivo figurado para se apresentar na plenitude de seu significado histórico e social. Parece-nos que não seria mesmo exagerado dizer que sòmente depois de haver desentranhado da realidade concreta do país pobre o conceito dialético dêsse modo de ser, é que a consciência de suas massas, penetrada pela formulação teórica que lhe será oferecida pelos pensadores que a representam, alcançará grau de claridade necessária para levar à prática as transformações objetivas que operem no curso visível da história o acontecimento revolucionário, que é o fim da existência subdesenvolvida, a conquista da consciência de si de povo atrasado e sua ascensão ao exercício da efetiva soberania nacional. Eis porque consideramos questão vital descobrir e expor o verdadeiro conceito do subdesenvolvimento, que até agora não fôra isolado, conforme julgamos, por falta da devida compreensão metodológica. A ideologia do desenvolvimento, de que tanto se tem falado, e que nós mesmo tentamos compreender em outros trabalhos, só atualmente adquire condições para se tornar teoria conseqüente e ativa. Por carência de recursos metodológicos, que presentemente começamos a possuir, não pudemos senão aproximar-nos com algumas indicações válidas, entre outras

talvez infundadas, da formulação daquela ideologia. Como não parecia ser artefato intelectual fecundo, foi considerada especulação gratuita e destituída de melhor proveito, tanto na representação lógica quanto na utilidade prática. Justifica-se em larga parte êsse julgamento, quando sabemos agora que só a posse do adequado conceito do subdesenvolvimento nos dará a possibilidade de construir sôbre êle, ou orientado por êle, a eficiente ideologia social que deverá comandar as ações revolucionária das massas, no sentido de extinguir o estado de atraso e de miséria. Aludimos a êste aspecto da questão, o ideológico, para acentuar a importância do problema da formulação do conceito dialético do subdesenvolvimento. Resta-nos apresentar, em seguida, algumas sumárias indicações sôbre o procedimento metódico que nos permitirá formulá-lo.

* * *

Não podemos, evidentemente, intentar neste trabalho a completa exposição de uma das mais características doutrinas do materialismo dialético, de valor fundamental para a compreensão da teoria da ciência, qual seja a doutrina da abstração. Basta-nos indicar as etapas pelas quais passa o processo do conhecimento de uma realidade complexa. Nos seus múltiplos aspectos essa realidade é inicialmente oferecida aos nossos órgãos perceptivos; graças à capacidade de refletir em nosso pensamento cada um dos dados sensíveis com que nos deparamos, conseguimos formar a imagem geral da realidade, obtida pela representação de todos aquêles aspectos. Os dados sensíveis constituem o material concreto, do qual partimos. São a base indispensável, e única, de todo conhecimento verdadeiro, pois dêles é que temos em nosso espírito o reflexo intelectual que nos permite chegar a conhecê-los. Mas, visto serem a percepção de uma multiplicidade de aspectos sensíveis, representam o concreto em sua primeira manifestação, necessária porém imperfeita, pois embora contenham já a verdade da existência objetiva, por êles referida, não nos revelam imediatamente a essência dessa mesma existência. Se nossa capacidade de conhecer se esgotasse nessa primeira fase de apreensão não atingiríamos o saber de caráter plenamente univer-

sal, próprio da ciência. Mas o processo do conhecimento prossegue. Tomando como ponto de partida o concreto recolhido na percepção sensível, ingressa em nova etapa, a formação de **abstrações**, fundadas sôbre a representação dêsse concreto. Constitui operação específica do espírito, a de abstrair do concreto sensível as noções abstratas que nêle se acham implícitas. É o procedimento pelo qual a multiplicidade de aspectos exteriores, fenomenais, da realidade revela suas relações íntimas, suas ligações, por assim dizer a face interior daquilo que aos nossos sentidos só se oferece por fora. Com êste procedimento desvendam-se novos aspectos do objeto ou da realidade estudada, porém agora trata-se de aspectos internos, que não podiam ser captados na visão ou na percepção sensorial pura. Não são menos objetivos que os outros, e por isso não se confundem com as abstrações praticadas pela lógica formal, pois esta admite que os dados significativos extraídos do real destacam-se dêle, devem ser concebidos à parte, em si, como se as coisas materiais tivessem apenas a finalidade de nos oferecer a possibilidade de formar abstrações mas logo a seguir precisassem ser abandonadas, como a casca de um ôvo, do qual se retira a substância nutritiva. Dialèticamente, uma abstração revela um aspecto ou relação interna do real, sem deixar em nenhum momento de referir um aspecto dêsse mesmo real tão objetivo como os sensíveis. Apenas se distingue dêstes porque, mediante a operação abstrativa, o espírito é capaz de perceber por dentro aquilo que as simples faculdades sensoriais não alcançam: a íntima relação entre os dados externos, exprimindo-a em juízos que enunciam propriedades gerais das coisas. Fica, assim, superado o plano da percepção sensível, mas não o da materialidade, no sentido em que tais abstrações refletem objetivamente, em sua completa verdade, a existência material da coisa de que provêm.

Constitui atividade peculiar do espírito, a que nos permite proceder à abstração do que há de relacional, de essencial, na constituição do objeto, e que só se revela à reflexão abstrativa. Porém — e aqui atingimos o traço característico da lógica dialética — o processo do conhecimento não termina ao se produzirem essas abstrações, conforme acredita o modo de

pensar metafísico, ao qual serve a lógica formal tradicional. Para esta, com efeito, uma vez abstraído do concreto o dado inteligível aí contido, com êle se constrói o conceito, que se exprime na definição formal, e pronto: está concluído o trabalho do conhecimento. Para a lógica dialética, ao contrário, obtidas as abstrações a que a percepção da multiplicidade sensível dá origem, agora, por assim dizer, é que se inicia a fase mais elevada, mais perfeita, do processo cognoscitivo, aquela sem a qual não há apreensão legítima e integral da verdade da coisa, **a fase de ascensão do abstrato ao concreto.** Isto significa que, conforme a teoria dialética, as abstrações que na primeira parte da operação cognoscitiva eram tomadas como ponto de chegada, tornam-se agora ponto de partida para nova etapa do processo do conhecimento, qualitativamente diversa da anterior: a ascensão ao concreto. Não se trata porém de reverter ao ponto de partida, mas ao contrário de proceder a verdadeira ascensão, pois o concreto a que agora chegamos não é mais o mesmo do primeiro momento, o concreto sensível, que era aquêle, e sim o concreto sob forma de conceito intelectual e dialético. Êste, de fato, representa o têrmo final da operação cognoscitiva, porquanto nos devolve ao concreto, porém apreendendo-o agora em nova e superior modalidade isto é, como conceito representativo daquêle mesmo concreto de onde partira, mas com outras e originais qualificações, que faltavam à representação do primeiro, as qualificações que exprimem a essência, a lei interna de variação do ser. No conceito concreto continuamos na posse da realidade objetiva, e por isso não traímos a compreensão materialista do processo do conhecimento.

O conceito concreto constitui-se pela síntese das abstrações significativas do objeto em estudo, aquelas que, por isso, vão representá-lo numa modalidade superior de reflexão, o conceito concreto. O que nêle há de específico é que permite apreender a essência da coisa, porque esta, em vez de ser entendida, conforme faz a lógica formal, como abstração máxima, entende-se ao contrário como concretitude máxima, pois contém aquilo que realmente o objeto é, o seu conteúdo material, e o exprime na forma conceitual que efetivamente reflete a

totalidade da existência de tal objeto, **na forma de sua lei interna**. Sendo o objeto, como tudo quanto é real, constante mobilidade, a lei do seu ser identifica-se à lei da sua transformação, do seu «tornar-se», do seu «passar a ser». A lei interna, que exprime a essência da coisa e que se dá no seu conceito, é, portanto, a lei da sua mudança, a lei segundo a qual o objeto se altera e se transforma em outro, muda de qualidades, extingue-se no seu ser anteriormente percebido. Nada disto nos podia ser ensinado pela lógica formal, cujo propósito era exatamente o de encontrar um conceito da coisa que a apresentasse como invariável, intemporal, como «dado inteligível», produto da abstração efetuada por um intelecto, individual ou transcendental, que visava a captar uma forma, que supunha imanente à coisa, essência imaterial oculta sob as aparências físicas. A teoria dialética denuncia o equívoco dessas cogitações não apenas falsas em si mesmas, mas sobretudo nocivas ao entendimento do mundo, pois oferecem como recompensa para os nossos esforços intelectuais a imagem imóvel dos sêres, um conceito vazio, que de nada nos valerá para agir sôbre a realidade, modificá-la a nosso favor, uma vez que se trata de conceito estático, o qual, não incluindo a referência à mobilidade das coisas, não nos permite compreender como esta é possível nem nos incentiva a lutar pela transformação da existência. O conceito dialético, ao contrário, definindo-se a si próprio como portador da lei interna da coisa, que interpreta como lei da sua mudança, dá-nos os recursos para concebê-la como transitória, ajuda-nos a prever sua inevitável variação e encaminha-nos para descobrirmos os meios práticos de efetuá-la.

Para isto é necessário, porém, que se tenha alcançado o legítimo conceito dialético, o qual, conforme dissemos, se origina por um procedimento especial da nossa atividade cognoscitiva, a ascensão do abstrato ao concreto. Embora conhecido e sobretudo executado pelos grandes iniciadores da teoria dialética, só recentemente vem sendo motivo de maior interêsse o exame dêste procedimento, por parte, principalmente, dos lógicos soviéticos. Não podemos, é claro, nêste breve artigo discorrer sôbre os delicados problemas que o assunto comporta,

nem resumir as investigações que vêm sendo feitas para aclarar êste momento crucial do processo intelectivo, a passagem do abstrato ao concreto. Basta-nos indicar que sôbre tal ponto incide hoje a atenção dos mais competentes pensadores dialéticos, porquanto, pelo exemplo dos casos já referidos, a compreensão do processo de produção capitalista por Marx e da natureza do imperialismo por Lenin, chegou-se à certeza de que êste é realmente o método eficaz para compreender a realidade. O ponto fundamental está na distinção, — que necessita ser cada vez melhor explicada, — entre os dois momentos da concretitude, o inicial, aquêle em que o concreto se dá como multiplicidade sensível, e por isso exige o emprêgo do instrumento lógico constituindo pela análise, para ser captado; e o final, representado pelo concreto conceitual, que sintetiza na lei enunciada, na essência, o mesmo concreto real, porém agora em grau superior, na unidade dos contrários de que se compõe, a concretitude sensível e a abstração inteligível. Graças a esta negação da negação, o resultado obtido é uma nova expressão, um nôvo reflexo do concreto, no espírito, não menos reflexo material do que a sensação primitiva, mas dela se distinguindo por conter, na segunda condição, qualidades que na primeira não possuia. Aprisionando a essência do real, permite-nos apreendê-lo na plenitude lógica do seu conteúdo, sem praticar qualquer operação esvaziadora, que separe a forma conceitual do conteúdo material. Na unidade dialética do conceito concreto ambos êstes fatôres estão presentes, sem dissociação, como acontecia no processo formalista. O concreto conceitual despojou-se da multiplicidade de dados empíricos, conservando apenas a essência, a lei, que é a razão de ser, a explicação da existência dêles. Por isso, não se afasta do real, mas ao contrário aprofunda-se no real, constitui a aproximação máxima à existência objetiva, dando-nos meios para conhecê-la melhor do que ocorria quando pela simples sensação dela tínhamos a primeira informação.

Com esta teoria a lógica dialética torna-se realmente instrumento de fecunda aplicabilidade e serve aos intuitos de numerosos investigadores em campos do saber particularmente complexos. É de notar que justamente quando se trata de

conhecer objetos ou setores da realidade de grande amplitude ou complexidade é que esta lógica se mostra indispensável, e se manifestam mais nítidas as insuficiências da lógica formal. Na investigação das partículas materiais não diretamente perceptíveis, tanto quanto na de complicados fenômenos sociais, a lógica dialética, pela possibilidade de nos oferecer um tipo de conceito que contém na sua unidade os distintos aspectos externos do objeto soldados às relações internas, supera largamente, em utilidade, o mero formalismo, e condena a se converterem em estéril verbalismo as tentativas de certas correntes filosóficas contemporâneas, variantes do positivismo lógico, a lógica matemática, por exemplo, que, depois de haverem construído complexa e difícil rêde de formalizações proposicionais em forma de algoritmos operatórios, termina por não saber o que fazer com ela, pois não sabe como aplicá-la de modo a dar origem a novos conhecimentos.

A lógica dialética, ao contrário, conquista cada vez mais novas possibilidades de aplicação. Contém ainda alguns pontos de doutrina que necessitam ser esclarecidos, mas o essencial está adquirido e é sólido. Parece-nos que a mais importante de suas façanhas foi ter desvendado a natureza da operação abstrativa e do seu resultado, duas coisas que em nosso idioma se exprimem infelizmente pela mesma palavra «abstração», dando motivo a certos equívocos e não poucas dificuldades de exposição. O fundamental consistia em distinguir a abstração dialética da formal, e compreender o papel intermédio representado pelas abstrações enquanto produtos do ato de conhecer, na sua dupla, e dialèticamente autêntica, qualidade de fim e origem, pois enquanto são fim para a primeira operação, a que se origina do concreto sensível, são origem para a segunda, a que se eleva ao concreto conceitual. M.M. Rozental, no capítulo que dedica ao assunto em seu último livro, declara: «A abstração não é um fim em si mesmo, mas um meio, um modo de conhecimento dos fenômenos na sua concretitude. Por isso, quando atingido o necessário grau de abstração, quando descoberta a essência, a lei do fenômeno, o pensamento começa a mover-se na direção oposta, do abstrato para o concreto com o fim de refletir o concreto na base da unidade,

concebida pela via abstrata, das múltiplas propriedades e aspectos da coisa» (**Princípios de Lógica Dialética**, Moscou, 1960). O valor principal desta conceituação teórica, está, como dissemos, em que se mostra hábil para nos dar a conhecer a essência de realidades complexas, como é o caso do país subdesenvolvido. Com efeito, quando a realidade é especialmente complexa, apenas a lógica dialética pode vir em auxílio da inteligência, pois é a única habilitada a desvendar nos aspectos internos do real as contradições que o habitam, que lhe são essenciais, e por isso o definem, estando refletidas no seu conceito concreto, onde se mostram como causas da mobilidade que o objeto manifesta. Há problemas específicos a resolver, dêles o mais importante sendo o reconhecimento das abstrações que contêm a essência da coisa, e por conseguinte constituem a base para a ascensão ao conceito concreto, e sua separação das outras abstrações, também possíveis e legítimas em face do mesmo concreto sensível, porém não necessárias para a definição da coisa, por não serem reflexos de aspectos essenciais dela. Para orientar-nos neste procedimento de escolha, a dialética traz-nos o recurso indispensável ao nos indicar, como parte da teoria que estamos resumindo, que sòmente a prática, a experiência socialmente entendida, pode levar com sucesso à descoberta das abstrações essenciais, e fundamentar com segurança a triagem daquelas significativas para integrarem o universal concreto exposto no conceito.

* * *

Reconhecer a possibilidade de definir por via dialética o subdesenvolvimento, é fato que se prende ao próprio curso do processo expansivo do País, e está, portanto, na dependência da fase que êste atravessa. Assinala um momento significativo na evolução da consciência de si que o País vai formando, como reflexo do processo pelo qual se apropria de suas fôrças produtivas. Essa definição só ocorre quando a possibilidade de ser elaborada encontra condições objetivas para se transformar em realidade. Por isso dizemos marcar um momento qualificado do processo geral da consciência. É porque não

deriva de variáveis subjetivas, não é fruto da imaginação ou da lucidez intelectual de algum indivíduo isolado, mas desponta de circunstâncias materiais, que oferecem fundamento para a verdade do enunciado definidor, onde se espelha a essência do estado social subdesenvolvido. O pensador que se tivesse apoderado da lógica dos acontecimentos em seu meio achar-se-ia apenas habilitado a sentir a **possibilidade** da correta definição do subdesenvolvimento, mas não poderia avançá-la com a segurança de estar emitindo um juízo verdadeiro, se as condições materiais não garantissem a oportunidade da passagem do possível ao real. Permaneceria no plano da abstração formal aquêle que não incluísse no conceito do subdesenvolvimento a referência explícita às circunstâncias que motivam a descoberta dêsse mesmo conceito. Ora, tais circunstâncias constituem a realidade do momento, em sua totalidade, exercendo seu papel de fonte de significações e fundamento da verdade, pela prática social, que permitem ao homem levar a efeito. Representando uma etapa do processo material da Nação, revestem-se de sentido decisivo por se mostrarem capazes de dar origem ao grau de consciência apto a determinar o conteúdo do conceito de subdesenvolvimento.

Descortina-se assim a intrínseca historicidade dêsse conceito e sua necessária dependência das condições objetivas para poder ser formulado em caráter concreto e não apenas formal. Vê-se claramente que só é conquistado quando o País atinge um nível de crescimento econômico que, desvendando no plano intelectual as contradições que movem o seu processo, assegura-lhe as bases para transformar um enunciado abstrato em concreto, para passar da mera possibilidade do saber de si à realidade do efetivo conhecer-se a si mesmo. Verifica-se, assim, a importância das categorias dialéticas de **possibilidade** e **realidade** para interpretar o estado de subdesenvolvido de um país. O subdesenvolvimento como realidade é ao mesmo tempo a possibilidade de futuro estado de desenvolvimento; a passagem de um a outro, enquanto acontecimento histórico, não pode ser devidamente entendida sem o auxílio daquelas categorias lógicas. A definição do subdesenvolvimento tem de

refletir no seu conteúdo essa contradição entre o real e o possível. A apreensão concreta dessa contradição é que constitui a historicidade do conceito de subdesenvolvimento. Desejamos acentuar fortemente a natureza histórica dessa transformação, porque dêste modo estabelecemos a simultaneidade da variação da realidade objetiva do País com o salto qualitativo no incremento da consciência. Se acreditamos ter chegado a hora de proferirmos por nós mesmos a definição do nosso estado subdesenvolvido é porque atingimos o nível material que nos impulsiona a saltar da possibilidade formal à realidade concreta, no esfôrço por encontrar o modo adequado de nos interpretarmos.

Observemos que a historicidade a que nos referimos é aquela que está em nós, a que nos pertence, a que demarca o processo nacional. Enquanto não tínhamos recursos para cunhar a nossa definição do subdesenvolvimento, à época em que a recebíamos de fora, por insinuação, sempre interesseira, de uma consciência estrangeira, a historicidade que regia êsse recebimento passivo, êsse cumprimento de mais um ato na rotina da alienação cultural, era a historicidade daquela consciência doadora, a do país metropolitano, tão senhor dos seus interêsses, tão lúcido na sua representação do mundo que podia outorgar-nos a imagem de nós mesmos que mais convinha aos seus próprios desejos. É porque não tínhamos ainda história para nós, que não podíamos compreender o nosso estado de atraso. Porque essa compreensão é fato histórico; como tal, depende das fôrças reais que condicionam o surgimento dêsse saber. Como em nossa própria história não ocorria ainda a acumulação de circunstâncias materiais que gerassem aquela compreensão, era na história de outrem que tinha origem o conceito de subdesenvolvimento. Agora, no entanto, alterou-se o panorama. Por efeito de substanciais mudanças no curso de nosso crescimento, começamos a possuir uma história para nós, ou seja, começamos a poder considerar o fio do nosso desenvolvimento como eixo de referência, para, em função dêle, estabelecer, definir, interpretar o conjunto dos acontecimentos de que participamos. Elevar-se à altura de possuir história para

si, e não apenas história de si, eis a transformação que marca o instante mais significativo no desenvolvimento cultural de uma nação.

Nas fases mais obscuras, coloniais, primitivas, a nação tem apenas história de si; mas só terá história para si quando fôr capaz de se ver a si própria como centro de perspectiva para a totalidade da realidade, e por conseguinte fôr capaz de incluir os acontecimentos exteriores no processo pelo qual vai criando por si mesma a sua realidade. Sempre houve para nós a história do Brasil, mas sòmente em nossa época começa a se constituir a história para o Brasil. Esta radical mudança é ela própria fato histórico interior à nossa evolução e tem por causa as transformações ocorridas nos fundamentos do processo gerador da consciência histórica. O que antes existia em forma de simples possibilidade torna-se atualmente realidade, por fôrça de mudanças materiais que nos abrem nova fase em nosso processo nacional. Entre as múltiplas manifestações desta nova realidade, destaca-se, no conjunto das possibilidades, agora concretas, de escrever a nossa verdadeira história, a elaboração do autêntico conceito do subdesenvolvimento, o qual servirá como princípio para a compreensão de numerosos outros aspectos da realidade.

Estas considerações mostram que atualmente a dialética do real nos oferece as condições materiais para constituirmos a consciência dialética que o apreende. Não se chega à dialética da história sem motivação objetiva. Contradições na realidade sempre houve, mas é preciso que seu tipo e agudeza alcancem determinada espécie e intensidade para se tornarem auto-reveladoras. Se a contradição que opõe o nosso País ao imperialismo não tivesse assumido o caráter que hoje tem, quando se evidencia o papel nefasto dos interêsses externos em nossa economia e se desnuda o conflito que tais interêsses criam com os nossos, se isso não acontecesse, não teríamos fundamentos para compreendê-la na perspectiva de nós mesmos, e não haveria necessidade de levantar como problema a definição do subdesenvolvimento. Refletindo no conceito concreto, e portanto histórico, o presente estágio de nossa existência, essa definição absorve em si o tema do imperialismo,

ao mesmo tempo em que, facultando a apreensão mais geral da realidade brasileira, conduz à exata apreciação do papel desempenhado pelos agentes espoliadores do nosso trabalho.

* * *

A importância desta lição filosófica reside, a nosso ver, em nos oferecer o único método eficiente para conceituarmos o estado de subdesenvolvimento de um país històricamente marginal. O atraso econômico, a falta de soberania política, a indigência cultural são expressões gerais que abrangem vastíssima gama de aspectos particulares concretos, facetas da realidade material e espiritual das comunidades nacionais nessa etapa de sua existência. Se nos satisfizermos em coligir os dados objetivos que retratam essa situação, e os reunirmos nas estatísticas econômicas, financeiras, demográficas, médicas, escolares, etc., teremos uma visão ampla, fiel, necessária, porém demasiado complexa, exigindo por isso ser sintetizada num conceito que apresente a essência dessa realidade. Ora, é justamente esta última exigência que nos parece não poder ser satisfeita pela lógica formal, em virtude das limitações antes referidas e, ao contrário, ser perfeitamente exequível com os recursos da lógica dialética. Sòmente esta, pela teoria da concretitude, mostrando as duas etapas em que se constitui em nosso espírito o reflexo da realidade objetiva, dá-nos os instrumentos para atingir o conceito do subdesenvolvimento, partindo da multiplicidade infinita dos seus aspectos, unificados na unidade do conceito que o retrata. Sendo êste um conceito dinâmico e não estático, contendo a representação da lei de transformação da realidade e não a da sua suposta essência imutável, vê-se que com o auxílio dêle podemos resolver as questões práticas que a política e a luta social nos impõem para suprimir o estado de atraso e incultura.

Se temos razão no que acabamos de escrever, a tarefa que se impõe neste momento é a de proceder à análise da realidade do nosso País, com vistas à descoberta e extração das abstrações essenciais, de onde partir para formular o conceito concreto da nossa existência na presente situação. Não

é tarefa simples. Mas é possível e agora compreendemos ser perfeitamente viável, uma vez que estamos de posse do método indispensável para executá-la. O papel representado pela dominação de classe na sociedade subdesenvolvida, a fôrça do imperialismo que oprime a Nação, as disparidades regionais de crescimento, com a presença de estruturas arcaicas ao lado de outras, avançadas, a industrialização de certas áreas, a dispersão demográfica, a alienação cultural das reduzidas camadas instruídas, as enfermidades de massa que afetam o conjunto da população, as formas de espoliação do trabalho camponês, etc., são abstrações (dialéticas) que devem ser levadas em conta no procedimento metodológico a que nos referimos. Como a finalidade do presente artigo cinge-se a denunciar a necessidade de empreender o estudo do subdesenvolvimento guiado por um pensamento lógico plenamente consciente, substituindo as tentativas empíricas, muitas delas valiosas enquanto ensaios particulares, mas insuficientes, encerramos estas considerações repetindo não visarem a outro fim senão chamar a atenção para a importância do tratamento filosófico da questão, o que equivale a dizer, para a necessidade de nos assegurarmos primeiro do método lógico adequado, só então acometendo o exame objetivo da realidade brasileira.